

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO:
UMA ANÁLISE NO CONTEXTO ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Andressa Aita Ivo

**Santa Maria, RS, Brasil
2008**

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO ESCOLAR

por

Andressa Aita Ivo

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientador: Clóvis Renan Jacques Guterres

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização

**O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NO
CONTEXTO ESCOLAR**

elaborada por

Andressa Aita Ivo

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Clóvis Renan Jacques Guterres, Dr.
(Presidente/Orientador)

Prof. Álvaro Moreira Hypolito, Dr. (UFPel)

Profª. Sueli Menezes Pereira, Drª. (UFSM)

Santa Maria, 12 de dezembro de 2008.

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a meus familiares e meu noivo, pelo apoio dado durante toda minha trajetória pessoal e acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal de Santa Maria, ao Centro de Educação e Ao Curso de Especialização em Gestão Educacional, por possibilitarem esse espaço formativo.

Ao professor Álvaro Moreira Hypólito que está contribuindo em minha formação profissional, sempre disposto e interessado a ajudar.

Aos meus amigos e colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física (GEPEF), em especial, Ana Paula Bernardi, e Franciele Roos da Silva Ilha, que sempre me ajudaram nesse processo formativo, além de estarem comigo comemorando grandes vitórias e solucionando grandes problemas.

Agradeço à minha família, meus pais Néia e Volnei e meus irmãos Fabrício e Guilherme por estarem sempre ao meu lado, me incentivando e apoiando minhas atitudes.

Ao meu noivo, Ezequiel pelo apoio e pela paciência durante todo esse tempo em que me dedico aos estudos.

A TODOS MUITO OBRIGADA!

Os socialistas estão aqui para lembrar ao mundo que em primeiro lugar vêm as pessoas e não a produção. As pessoas não podem ser sacrificadas.

Eric Hobsbawm

RESUMO

Monografia de Especialização
Especialização em Gestão educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO ESCOLAR

AUTORA: ANDRESSA AITA IVO

ORIENTADOR: CLÓVIS RENAN JACQUES GUTERRES

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 12 de dezembro de 2008.

O atual cenário no qual estão inseridas as políticas públicas no Brasil nos remete a várias discussões, reflexões e estudos acerca do tema das políticas educativas e da gestão educacional. Para tal é necessário que se realize um resgate histórico de como os últimos governos estão encaminhando suas políticas educacionais, a partir de uma perspectiva crítica do discurso neoliberal no campo educacional. Neste sentido o Estado vem sendo reorganizado, a partir de um discurso neoliberal, o qual busca uma crítica ao Estado intervencionista, promovendo políticas de minimização da atuação do Estado nas políticas sociais. Além disso, estabelece uma nova forma de organização e gestão do Estado através de uma administração pública gerencial. Assim, este estudo teve como objetivo analisar as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no contexto do PNE, relacionando-o com as políticas de educação neoliberais e sua repercussão em uma escola da rede pública estadual do município de Pelotas (RS). A metodologia utilizada baseou-se na abordagem qualitativa, através da análise documental do Plano Nacional da Educação (PNE) e principalmente do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), observações em uma escola pública da rede estadual do município de Pelotas (RS) e entrevistas com uma professora desta instituição. O PDE apresenta-se como um plano capaz de solucionar os problemas educacionais, promete um “salto” na qualidade da educação básica e superior, entre tantas outras mudanças nos sistemas de ensino. Porém ao realizarmos uma análise do PDE ficam evidentes as inúmeras fragilidades deste plano, como a completa desarticulação com as escolas, a falta de informações acerca deste, a presença constante do discurso neoliberal, entre outros.

Palavras chaves: Plano de Desenvolvimento da Educação; Neoliberalismo; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Specialization in Management Educational
Federal University of Santa Maria

AUTORA: ANDRESSA AITA IVO

ORIENTADOR: CLÓVIS RENAN JACQUES GUTERRES

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 12 de dezembro de 2008.

THE EDUCATION DEVELOPING: AN ANALYSIS IN THE SCHOOL

The current background in which are included the public policies in Brazil introduces several issues, reflections and studies about the theme of the education policies and of the educational administration. For such intent, it is necessary to make a review of the history on how the last governments are dealing with their education policies from a critical perspective of the neoliberal speech in the education area. In that sense, the State has been reorganized from a neoliberal speech, which attempts to criticize the interventionist State, promoting policies in order to minimize the action of the State in the social policies. Besides, it establishes a new manner of organizing and managing the State through a public management administration. Thus, the present paper aimed at analyzing the actions in the Plano de Desenvolvimento da Educação [Education Plan of Development] (PDE), in the context of the PNE, relating it to the neoliberal education policies and its repercussion in a state public system's school in the town of Pelotas (RS). The methodology is based on a qualitative approach, through the document analysis of the Plano Nacional da Educação [National Plan of Education] (PNE) and mainly the Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) and also observations in a state public system's school in the town of Pelotas (RS) and interviews with a teacher in such institution. The PDE is introduced like the plan that can solve the educational issues, intending to be a "leap" in the basic and superior education quality between several other changes in the education systems. However, the analysis of the PDE revealed the evident weaknesses in this plan, like the complete disarticulation with the schools, the scarcity of information about it, the continuous presence of the neoliberal speech, and so forth.

Keywords: Plano de Desenvolvimento da Educação; Neoliberalism; Public Policies.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	41
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Contextualização do tema	10
1.2 Objetivos	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 Justificativa.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 As políticas educacionais e o contexto social	14
2.2 Plano Nacional de Desenvolvimento (PNE)	17
2.3 Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	20
2.4 Confrontando o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional da Educação (PNE) na Educação Básica	24
3. METODOLOGIA	27
4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	38
ANEXOS	40

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do tema

O atual cenário no qual estão inseridas as políticas públicas no Brasil nos remete a várias discussões, reflexões e estudos acerca do tema das políticas educativas e da gestão educacional. Para tal é necessário que se realize um resgate histórico de como os últimos governos estão encaminhando suas políticas educacionais, a partir de uma perspectiva crítica do discurso neoliberal no campo educacional.

Neste sentido o Estado vem sendo reorganizado, a partir de um discurso neoliberal, o qual busca uma crítica ao Estado intervencionista, promovendo políticas de minimização da atuação do Estado nas políticas sociais. Além disso, estabelece uma nova forma de organização e gestão do Estado através de uma administração pública gerencial.

No campo educacional a estratégia do neoliberalismo está centrada em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade (GENTILI, 1996, p.20).

Assim, pensar a educação como um direito garantido a todos os cidadãos brasileiros, como prevê nosso ordenamento jurídico, possui agora um novo caráter, o qual deve passar a ser analisado a partir da lógica neoliberal.

Neste sentido, as preocupações com a educação no Brasil apresentam um novo caráter. Para enfrentar a crise educacional existente, novas estratégias estão sendo estabelecidas, de maneira que o foco agora no campo educacional é com a qualidade de ensino ofertada na Educação Básica, a partir de um conceito específico de qualidade formulado pelo neoliberalismo, como veremos mais adiante.

A forte presença de agências internacionais e em especial do Banco Mundial no âmbito das políticas educacionais, através de documentos e recomendações demonstram o quanto as políticas públicas estão submetidas a estes órgãos, estabelecendo novas formas de gestão e as bases das reformas educacionais.

No Brasil, tal fenômeno pode ser notado, nos objetivos que norteiam as reformas educacionais implementadas pelos governos neoliberais, no sentido de

estabelecerem mecanismos de controle e avaliação dos serviços educacionais e a preocupação com modelos educacionais que respondam às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho.

A educação escolar como um bem público que apresenta como características promover a cidadania, além de qualificar para o mundo do trabalho, sendo gratuita e obrigatória nos diferentes níveis de ensino, é balizada pelas políticas educacionais que regulamentam e regem sua estruturação, como a Lei de Diretrizes e Bases, o Plano Nacional de Educação, Plano de Desenvolvimento da Educação, entre outros.

Este novo modelo gerencial presente nas políticas educacionais, a influência do discurso neoliberal, a nova gestão pública pode ter influenciado a elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que foram construídos neste contexto.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em 9 de janeiro de 2001 como Lei nº 10172, realiza um diagnóstico da realidade do sistema educacional em todo território brasileiro, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, estabelece algumas diretrizes e metas a serem cumpridas em um período de dez anos.

Já o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apresentado ao país em abril de 2007 como um projeto federal, tem como objetivo maiores investimentos na educação básica, ensino superior e educação profissional. O plano conta com mais de 40 ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades.

Assim, as reflexões que circundam as políticas públicas e o campo educacional desencadearam o seguinte problema de pesquisa: *de que maneira o discurso neoliberal tem influenciado as políticas educacionais, em especial o Plano de Desenvolvimento da Educação.*

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no contexto do PNE, relacionando-o com as políticas de educação neoliberais e sua repercussão em uma escola da rede pública estadual do município de Pelotas (RS).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar as relações existentes entre o discurso neoliberal e as políticas educacionais.
- Analisar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como política educacional.
- Analisar as possíveis articulações entre as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a gestão escolar.

1.3 Justificativa

O campo educacional é questionado não só por aqueles que nele atuam, mas por toda a sociedade, de modo que, constantemente é necessário que se respondam as inquietudes que permeiam o âmbito educacional. Neste sentido, são elaboradas estratégias de ensino que venham a colaborar com as práticas pedagógicas, a gestão escolar e os desafios que perpassam o cotidiano escolar.

A sociedade está sempre em processo de transformação, novas necessidades se impõem a todo o momento, e este constante movimento tem reflexo na educação, que precisa se adequar aos novos paradigmas que sustentam a sociedade moderna.

Nesse sentido, cada vez mais estão presentes as políticas públicas no campo educacional, e estas devem ser analisadas a partir de um contexto permeado por um discurso neoliberal. O qual promove um novo modelo de gestão pública, através de um estado gerencialista e de forte influência das agências internacionais, como relata Martins (2002) as reformas dos sistemas de ensinos mais recentes são permeadas pelas concepções e propostas como descentralização, autonomia das organizações de ensino e flexibilidade de currículo, indo ao encontro das diretrizes internacionais.

Assim, é necessário que a comunidade escolar esteja atenta às novas formas de controle que estão se inserindo no contexto educacional, pois só desta maneira será possível uma negação e a este modelo neoliberal que está tomando conta das instituições de ensino e, conseqüentemente, atingindo a classe docente.

Ainda nesta lógica é necessário que exista uma integração real entre as políticas educacionais e a gestão escolar, de maneira que as escolas tenham acesso a tais políticas e que estas se façam presentes no cotidiano escolar.

Assim, investigar sobre como as ações estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação interagem com as ações dos gestores nas suas escolas nos permitirá saber até que ponto as políticas deixam de ser texto para se efetivarem na prática. Considerando ainda, a exaustiva presença do PDE na mídia, o que nos remete a pensar que toda comunidade escolar deva estar interada sobre o plano e suas respectivas ações.

Deste modo, é fundamental que se saiba sobre o conhecimento da escola acerca desta política e de suas ações, pois a maneira como a mídia tem veiculado o plano não nos deixa dúvidas sobre sua efetividade e implementação nas escolas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As políticas educacionais e o contexto social

Nesta seção pretende-se apresentar de que forma vem sendo implementadas as políticas educacionais diante do contexto social brasileiro. Para tanto se fez necessário compreender de que forma tais políticas estão inseridas no contexto neoliberal, em que o modelo gerencialista é apresentado como condição de ser da educação provida pelo Estado, servindo como fundamentação para o estudo do Plano de desenvolvimento da educação (PDE).

A compreensão das políticas educacionais, diante da proximidade com o contexto social, permite destacar que por várias vezes as políticas estatais, ainda que identificadas com a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária, refletem um determinado modelo socioeconômico. De acordo com Hypolito (prelo), nas últimas décadas do século XX, o Estado vem passando por profundas transformações sendo reorganizado e (re)contextualizado na tentativa de superar a crise do Estado de Bem-Estar Social, a partir de objetivos neoliberais. Tais modificações têm repercussão nos diferentes contextos sociais e econômicos, se manifestando também no campo educacional.

Em 1990 realizou-se em Jomtien (Tailândia), a Conferência Mundial de Educação para Todos, financiada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Banco Mundial. Com o objetivo de discutir propostas para que países, vistos como em desenvolvimento possam alçar melhores condições para implementação de sistemas educacionais de qualidade, participaram representantes de diversos países, agências internacionais, organismos não-governamentais, associações profissionais e personalidades destacadas no plano educacional em todo o mundo.

Ao final das reuniões foram fixadas metas, nas quais os governos se comprometeram em assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos. O Brasil por ser um dos nove países com maior taxa de analfabetismo do mundo iniciou diversas ações para atingir os princípios acordados na Declaração de Jomtien. Naquele momento foi marcado para abril de 2000, em

Dakar, um novo encontro para avaliação das ações que os países haviam conseguido efetivar desde então.

No Brasil, este período coincidiu com o governo de – Itamar Franco –, substituto de Collor após o impeachment em 1992. Durante este governo, tem início o Plano Decenal de Educação, o qual deveria ser um instrumento da política educacional, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de educação, para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, traçados a partir do acordo firmado em Jomtien, por um período de dez anos.

Com o governo seguinte – Fernando Henrique Cardoso – dentre as iniciativas voltadas para a educação, Shiroma et al (2000) chama atenção para o documento *Questões Críticas da Educação Brasileira*, formulado a partir de um encontro patrocinado pelo seu governo em 1995, o qual deixa claro a preocupação em adequar os objetivos educacionais às novas exigências do mercado internacional e interno.

Já no primeiro mandato do atual Presidente – Luiz Inácio Lula da Silva – ocorreu a aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado como um plano executivo propõe ações para operacionalizar metas já definidas, com o intuito de minimizar as desigualdades sociais e regionais do país através da equalização das oportunidades de acesso e permanência à educação de qualidade.

Neste sentido, para entendermos as novas políticas educacionais em vigência é necessário vislumbrar a crise da educação a partir da ótica neoliberal e da forte influência das agências internacionais, em especial o Banco Mundial.

De acordo com Martins (2002), as recentes diretrizes internacionais para as reformas de ensino, particularmente consolidadas ao longo dos anos 1990, tem demonstrado a necessidade de um novo redirecionamento das prioridades das políticas públicas, com o intuito de atender as novas demandas do mundo do trabalho, em razão da crescente inadequação na formação e qualificação da mão-de-obra.

Torres (1998) ressalva o fato de o Banco Mundial ter se tornado nos últimos anos, o organismo com maior visibilidade no panorama educativo global, transformando-se na principal agência de assistência técnica em matéria de educação para os países em desenvolvimento. Com o intuito de melhorar o acesso,

a equidade e a qualidade dos sistemas escolares, o Banco apresenta um pacote de medidas, em especial para o ensino de primeiro grau. Visto que, o Banco Mundial tem estimulado os países a concentrarem recursos públicos na educação básica.

Seguindo esta lógica Coraggio (1998), tece algumas considerações acerca da influência do Banco Mundial no contexto educacional, assim, para o Banco adequar à realidade educativa em seu modelo econômico e poder aplicar-lhe seus teoremas gerais, este promoveu certas correlações, tais como: sistema educativo e sistema de mercado, escola e empresa, pais e consumidores de serviços, aprendizagem e produto, desconsiderando aspectos fundamentais da realidade educativa.

Em suma, de acordo com Shiroma et al (2000):

“(...) o Banco Mundial recomenda mais atenção aos resultados, sistema de avaliação da aprendizagem, inversão em capital humano atentando para a relação custo-benefício; propõe, além da descentralização da administração das políticas sociais, maior eficiência no gasto social, maior articulação com o setor privado na oferta de educação”.

Partindo da visão neoliberal, de acordo com Gentili (1996) os sistemas educacionais enfrentam uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade, portanto, uma crise de qualidade em virtude da improdutividade que caracteriza as práticas pedagógicas e a gestão administrativa da maioria das escolas. Assim, ainda de acordo com o autor, sob a perspectiva neoliberal, não existe uma crise de democratização, mas uma crise gerencial.

Esta crise, portanto, para ser suprida necessita da realização de uma grandiosa reforma administrativa do sistema escolar, com vistas a melhorar a qualidade dos serviços educacionais. Segundo Gentili (1996), o neoliberalismo formula um conceito específico de qualidade, decorrente das práticas empresariais e transferido, sem mediações, para o campo educacional.

Nesta perspectiva, Silva (1996) ao conceituar qualidade do ponto de vista neoliberal faz referência a outro termo de mesma correspondência a “Gerência da Qualidade Total” (GQT), nesta concepção a qualidade em educação é vista a partir de uma ótica econômica, pragmática, gerencial e administrativa.

A partir deste modelo, evidencia-se não mais uma preocupação com a qualidade da educação, mas em receber uma educação de qualidade melhor ou de mais qualidade do que a dos outros. Desta forma, de acordo com Silva (1996), o

objetivo da GQT é permitir uma comparação entre o desempenho das diferentes escolas o que possibilita que seus consumidores possam optar com base numa escala de classificação entre elas.

Entretanto esse *ranking* envolve os diversos componentes escolares, em especial os professores, de maneira que se estabelece um estreito e centralizado controle sobre o trabalho docente. Assim, a GQT promete e vende autonomia e participação, porém, na realidade, o que ela promove é mais centralização, mais controle externo e mais regulação.

Neste cenário, com a reestruturação de sistemas educacionais estatais, a globalização, o redirecionamento da ênfase em administração e política para a ênfase em gestão impulsionam um Novo Gerencialismo e uma Nova Gestão Pública. Esse Novo Gerencialismo baseia-se teoricamente, por um lado, no modelo de gerencialismo empresarial e em estilos de gestão do setor privado e, por outro, na teoria da escolha pública e na nova economia institucional, de maneira mais notável na teoria da agência e na análise de custo de transações (PETERS; MARSHALL; FITZSIMONS, 2004, p. 77).

Ainda de acordo com os autores, a Nova Gestão Pública apresenta dentre outras as seguintes características: a separação institucional entre o órgão financiador e o provedor; uma distinção entre resultados e produtos; uma redução a relações múltiplas de responsabilidades e uma ênfase em recompensas e sanções econômicas. Como afirmam os autores, o gerencialismo é um dos principais elementos numa mudança para um discurso neoliberal das políticas educacionais.

Esse novo modelo de políticas públicas educacionais segue ainda a lógica da performatividade, a qual de acordo com Ball (2004) possui um papel fundamental nesse conjunto de políticas.

Assim, conforme este autor a performatividade facilita o monitoramento do Estado, que agora governa a distância, através desta, o Estado se insere nas culturas, práticas e subjetividades tanto nas instituições dos setores públicos, como dos trabalhadores, de maneira que estes nem mesmo percebam.

A performatividade traz novamente os conceitos de “resultado”, “níveis de desempenho”, “formas de qualidade”. E desta forma como afirma Boyles (*apud* BALL, 2004, p. 120) conseqüentemente, o ensino e a aprendizagem são reduzidos a processos de produção e de fornecimento que devem cumprir os objetivos de mercado de transferência eficiente e de controle de qualidade.

A partir desta breve contextualização das políticas públicas, detenho-me agora numa apresentação e discussão sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e mais especificamente no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), numa perspectiva deste novo modelo de gestão pública no campo educacional.

2.2 Plano Nacional de Desenvolvimento (PNE)

O Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional no dia 11 de fevereiro de 1998, a Mensagem 180/98, relativa ao projeto de lei que "Institui o Plano Nacional de Educação".

Sua tramitação iniciou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 4.173, de 1998, apensado ao PL nº 4.155/98, em 13 de março de 1998. Sendo aprovado como Lei nº 10.172 na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 9 de janeiro de 2001.

O Ministro da Educação, ao relatar sobre os motivos do plano destaca a concepção do Plano, que teve como eixos norteadores, do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e a Emenda Constitucional nº 14, de 1995, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Foram também consideradas as realizações anteriores, em especial o Plano Decenal de Educação para Todos, o qual foi preparado a partir das recomendações da reunião organizada pela UNESCO e realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1993.

O MEC consultou várias entidades, destacando-se o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED – e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.

O Plano Nacional da Educação (PNE), tem o intuito de tratar da educação em todo o território nacional nos seus diferentes níveis e modalidades.

Em síntese, o Plano tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da

participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2000).

De acordo com o PNE (2000) para que se alcancem os objetivos traçados são criadas algumas prioridades, tais como:

1. *Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino.* Neste sentido deve-se proporcionar a todas as crianças através das instituições de ensino uma formação mínima para o exercício da cidadania. Para tal é necessário que o processo pedagógico esteja em consonância com as necessidades e a realidade dos alunos. Ainda nesta lógica tal prioridade enfatiza o tempo integral para as crianças das camadas sociais mais necessitadas.
2. *Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.* Nesta prioridade inclui-se a erradicação do analfabetismo. Nesta perspectiva, a alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Além da preocupação em formar cidadãos responsáveis e conscientes de seus direitos e deveres.
3. *Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior.* Está prevista a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de seis anos de idade, quer na educação infantil, quer no ensino fundamental, e a gradual extensão do acesso ao ensino médio para todos os jovens que completam o nível anterior, como também para os jovens e adultos que não cursaram os níveis de ensino nas idades próprias. Para as demais séries e para os outros níveis, são definidas metas de ampliação dos percentuais de atendimento da respectiva faixa etária. A ampliação do atendimento, neste plano, significa maior acesso, ou seja, garantia crescente de vagas e, simultaneamente, oportunidade de formação que corresponda às necessidades das diferentes faixas etárias, assim como, nos níveis mais elevados, às necessidades da sociedade, no que se refere a lideranças científicas e tecnológicas, artísticas e culturais, políticas e intelectuais, empresariais e sindicais, além das demandas do mercado de trabalho. Faz parte dessa prioridade a garantia de oportunidades de educação profissional

complementar à educação básica, que conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

4. *Valorização dos profissionais da educação.* Dentre as ações para essa valorização estão: a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério. Além da preocupação com a formação inicial e continuada.

5. *Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino,* inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino. (PNE, 2000, p.8).

Por fim, o Plano Nacional de Educação define as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação; as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação.

2.3 Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi apresentado ao país em abril de 2007, através do governo federal por meio do ministro da Educação Fernando Haddad.

Analisar o PDE é um desafio, tendo em vista, que são poucas as referências acerca do mesmo. Não existe nenhum documento legal que o embase, e a principal fonte de informações sobre este, se dá através do *site* do MEC.

Assim, o que se tem é um “link”, que dá acesso a uma página na qual constam uma breve definição e informações gerais sobre o PDE, esta por sua vez conecta-se a outra página na qual se encontram as ações do PDE. O mais próximo de um documento, pode ser considerado o livro do PDE¹, que dispõem sobre suas razões, princípios e programas.

1 As informações referentes ao livro do PDE estão disponíveis no *site* do MEC, através do “link” que dá acesso as suas ações, já que, o livro é uma destas.

Conforme Dutra (2007) o PDE foi construído a partir de uma série de decisões expressas através dos Decretos nº 6.093 (dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, com o intuito da universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze ou mais anos), 6.094 (dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade), 6.095 (estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de instituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET) e 6.096 (institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI), todos publicados em 24 de abril de 2007. Fazendo parte ainda, três projetos de lei, o primeiro trata da regulamentação do art. 60, inciso III, alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, o segundo tem o objetivo de alterar a Lei nº 10.260 (Fundo de Financiamento Estudantil, de 12 de julho de 2001, ampliando o prazo de quitação das dívidas), e o terceiro estabelece novas normas para o estágio.

No momento em que o governo reconhece que existe uma grande desigualdade social no Brasil, o PDE é criado pela necessidade de enfrentar estruturalmente as desigualdades de oportunidades educacionais. Para tal, é necessário um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial, portanto, um enlace entre educação e desenvolvimento.

O PDE, nesse sentido, pretende avançar nas propostas previstas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), o qual apresenta um bom diagnóstico dos problemas educacionais, mas não propõe iniciativas que concretizem uma melhoria da qualidade da educação.

Assim, o PDE está estruturado em seis pilares: I) visão sistêmica da educação, II) territorialidade, III) desenvolvimento, IV) regime de colaboração, V) responsabilização e VI) mobilização social. E seus programas podem ser organizados em torno de quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização (BRASIL, 2007b, p. 11 e p. 15).

O PDE compreende mais de 40 ações, as quais aparecem no *site* do MEC de forma individualizada, e não seguem uma ordem específica.

A educação básica foi contemplada com 24 ações, tais como: “FUNDEB”, “Transporte escolar”, “IDEB”, “Luz para Todos”, “Piso do Magistério”, “Formação”, “Biblioteca na Escola”, “Educação Profissional”, “Proinfância”, “Salas Multifuncionais”, “Censo pela Internet”, “Saúde nas Escolas”, “Olhar Brasil”, “Mais Educação”, “Educação Especial”, “Guia de Tecnologias”, “Coleção Educadores”, “Dinheiro na Escola”, “Inclusão Digital”, “Gosto de Ler”, “Livre do Analfabetismo”, “PDE Escola”, “Nova CAPES” e “Provinha Brasil”.

A educação superior foi contemplada com 5 ações: “Educação Superior”, “FIES”, “Pós-Doutorado”, “Professor equivalente” e “Acessibilidade”.

A educação profissional foi contemplada com 8 ações: “Incentivo à Ciência”, “Estágio”, “Proext”, “Prodocência”, “Concurso”, “Formação da Saúde”, “Leitura para Todos” e “Iniciação à Docência”.

E para alfabetização foi lançada a ação “Brasil Alfabetizado”.

Dentre as mudanças trazidas pelo PDE, destaca-se a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O qual foi sancionado no dia 20 de junho de 2007, pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, através da Lei nº 11.494, que o regulamenta. O Fundeb substitui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006. O novo fundo, que atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio, está em vigor desde janeiro de 2007 e está previsto se estender até 2021.

A educação básica passa a atender 47 milhões de estudantes de creches, educação infantil e especial, ensinos fundamental e médio e educação de jovens e adultos. No total, o Fundeb aplicou na educação básica, em 2007, R\$ 48 bilhões. A partir do quarto ano de vigência, serão R\$ 62,9 bilhões (com base em valores de 2007).

Uma comissão de especialistas do Ministério da Educação, do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) definiu valores diferenciados para cada nível de ensino, já que o Fundeb atenderá várias etapas do ensino. Tendo o ensino fundamental urbano como referência de fator 1, os demais níveis receberão recursos multiplicados por esse fator:

Níveis de ensino	Fator multiplicador
pré-escola	0,90 (noventa centésimos)
séries iniciais do ensino fundamental urbano	1,00 (um inteiro)
séries iniciais do ensino fundamental rural	1,05 (um inteiro e cinco centésimos)
séries finais do ensino fundamental urbano	1,10 (um inteiro e dez centésimos)
ensino fundamental em tempo integral	1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos)
ensino médio urbano	1,20 (um inteiro e vinte centésimos)
ensino médio rural	1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos)
ensino médio em tempo integral	1,30 (um inteiro e trinta centésimos)
ensino médio integrado à educação profissional	1,30 (um inteiro e trinta centésimos)
educação especial	1,20 (um inteiro e vinte centésimos)
educação indígena e quilombola	1,20 (um inteiro e vinte centésimos)
educação de jovens e adultos com avaliação no processo	0,70 (setenta centésimos)
a educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio	0,70 (setenta centésimos)

Fonte: MEC (BRASIL, 2008a)

Para a educação infantil, o projeto fixa índices mínimos, chamados de ponderações, para o cálculo do valor por aluno em cada modalidade no segundo ano de vigência do Fundeb.

Com o Fundeb ocorre a inclusão de creches comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público. Alguns critérios

foram estabelecidos para que estas tenham acesso aos recursos, tais como: certificado do Conselho Nacional de Assistência Social, atender padrões mínimos de qualidade e oferecer igualdade de condições de acesso aos alunos, com atendimento gratuito a todos.

O Fundeb é constituído por 20% de vários impostos e transferências constitucionais de estados e municípios e de uma parcela de complementação da União. Os fundos de participação dos estados e municípios (FPE e FPM), o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) são algumas das contribuições que compõem o fundo.

Devemos ressaltar também a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sendo este indicador o eixo norteador do PDE na educação. O IDEB foi elaborado pelo MEC a partir de estudos realizados pelo INEP, para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos. Tomando como parâmetro o rendimento dos alunos (pontuação em exames padronizados obtida no final das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª do ensino médio, nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática) e os indicadores de fluxo (taxas de promoção, repetência e evasão escolar), construiu-se uma escala de 0 a 10, tendo em vista a média de 6,0, índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo.

A partir deste índice, que serve como parâmetro para avaliar a situação de cada município brasileiro, dos resultados obtidos na Avaliação Nacional da Educação Básica, na Prova Brasil e no Censo Escolar, o governo pretende estabelecer políticas de atendimento às necessidades detectadas. Os municípios com desempenho aquém do esperado devem receber apoio técnico e recursos financeiros, desde que se comprometam formalmente a cumprir as metas estabelecidas.

2.4 Confrontando o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional da Educação (PNE) na Educação Básica

Quando confrontamos o PNE e o PDE, é possível observar algumas singularidades em ambos os planos, contudo, o segundo na realidade não se trata

de um plano, mas sim de uma série de ações e estratégias criadas com o intuito de alcançar uma melhoria na qualidade do ensino da Educação Básica. O primeiro é um projeto de Estado e o segundo é um plano de governo. Esta distinção é crucial para se avaliar um e outro. De acordo com Saviani (2007), na realidade o PDE não parte do diagnóstico, das diretrizes e dos objetivos e metas constitutivas do PNE, estando suas ações desarticuladas organicamente com este.

As ações previstas pelo PDE, não estão diretamente relacionadas com as metas estabelecidas pelo PNE, podendo suas ações apenas auxiliar no cumprimento de algumas metas. Porém, a maioria das metas elaboradas pelo PNE não são levadas em conta, o que nos permite concluir que o PDE foi elaborado paralelamente ao PNE, não o considerando significativamente. Neste sentido, traçamos algumas considerações.

No que diz respeito à Educação Infantil, o PDE apresenta apenas uma ação - a “Proinfância”, a qual prevê recursos federais, através do FNDE, para financiar a construção, ampliação e melhoria das instalações escolares. Nenhuma outra ação referente à Educação Infantil é criada, levando em consideração as 26 metas previstas pelo PNE.

Em relação ao Ensino Fundamental, apenas a meta 17 do PNE está diretamente contemplada no PDE, através da ação “Transporte Escolar” que prevê transporte para estudantes da educação básica que vivem na zona rural. Outras ações podem contribuir para que se alcance as metas propostas, como o programa “Dinheiro Direto na Escola”, que destina recursos à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos.

Da mesma forma, a “Inclusão Digital”, a “Coleção educadores” e o programa “Gosto de Ler” não dizem respeito diretamente às metas do PNE, mas de alguma forma estão relacionadas com as metas 4, 7 e 14. Contudo, as demais metas fixadas pelo PNE para o ensino fundamental são desconsideradas.

No que tange ao ensino médio, das 20 metas definidas pelo PNE, o PDE através da ação “Biblioteca na Escola” se aproxima da meta 9 que previa para todas as escolas de nível médio, até 2005, estarem equipadas com bibliotecas. Com o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), que tem como objetivo oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica, o PDE contempla em parte a meta 5 do PNE, que previa que em cinco anos todos os professores do ensino médio obtivessem diploma de nível superior. E pelo programa

“Inclusão Digital”, o PDE contempla a meta 10 do PNE, que previa até 2010, a instalação de equipamentos de informática em todas as escolas de ensino médio. As demais metas não foram mencionadas pelo PDE.

PNE plano de Estado e PDE plano de governo.

Assim, podemos perceber que o PDE foi criado às margens do PNE, estando poucas de suas ações relacionadas com as metas estipuladas pelo PNE. Apesar do PNE ainda estar em vigência, o PDE é lançado de modo a ignorar com os propósitos trazidos por aquele. E estando o PNE próximo do término do seu período de vigência como alcançar suas metas, estando o PDE em pleno vigor e tão distante do PNE.

3. METODOLOGIA

Pesquisar em Educação nos remete ao comprometimento do pesquisador com seu objeto de estudo, tendo em vista o complexo contexto no qual a pesquisa educacional esta inserida. Nesta lógica, entende-se a pesquisa qualitativa como sendo a mais adequada para se alcançar os objetivos aqui propostos.

No entendimento de Denzin e Lincoln (*apud* OZGA 2000):

(...) a investigação qualitativa envolve a recolha e o uso deliberado de uma variedade de materiais empíricos... que descrevem a rotina e os momentos problemáticos e significativos das vidas dos indivíduos. Conseqüentemente, os investigadores utilizam uma grande variedade de métodos inter-relacionados, de modo a tentarem uma melhor aproximação ao fenômeno em estudo.

Para a coleta de informações utilizou-se da análise documental, observações na escola e entrevistas.

A análise documental pautou-se no Plano Nacional da Educação (PNE) e principalmente no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tais documentos foram fundamentais para compreendermos tais políticas públicas educacionais. A análise deu-se através dos documentos escritos e disponíveis na página do MEC.

A observação deu-se em uma escola pública situada no município de Pelotas (RS), a qual já desenvolve alguns projetos vinculados ao PDE, incluindo visitas à escola e entrevistas com a professora responsável pelos projetos.

A escolha por esta escola deu-se, em razão desta ser uma participante do PDE, estando às ações já em desenvolvimento. Com o intuito de preservar a escola e a professora entrevistada, seus nomes foram substituídos por Escola Vermelha e professora Borboleta.

A Escola Vermelha iniciou suas atividades em junho de 1954. Trata-se de uma escola de Ensino Fundamental, que oferece da 1^o à 8^o série, no diurno e Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ciclo Final, no noturno.

Localiza-se na zona central do município de Pelotas (RS), e atualmente a escola conta com aproximadamente 500 alunos e uma equipe de 55 pessoas, entre professores (45) e funcionários (10).

A escola desempenha suas funções com a orientação da 5^o Coordenadoria de Educação e a Secretaria Estadual da Educação.

As entrevistas foram realizadas com a professora Borboleta, por ser a pessoa melhor informada sobre as ações em andamento e programadas. Não se justificou entrevistar outros professores, pelo fato de que os projetos ainda estão em fase muito inicial.

A professora Borboleta possui 45 anos, concluiu o curso de graduação em Estudos Sociais pela UFPel em 1989, atualmente cursa Pedagogia na mesma instituição. É concursada no Estado do RS, e desde agosto de 2001 leciona as disciplinas de História e Geografia na escola Vermelha no período da manhã e a noite é vice-diretora na modalidade de EJA, na mesma instituição.

As entrevistas e conversas informais versaram sobre os projetos em andamento na escola, o conhecimento sobre o PDE, dificuldades e expectativas sobre as políticas; Inicialmente foi mostrado para a professora um quadro com todas as ações do PDE e solicitado que ela identificasse quais ela já conhecia e quais estavam em andamento na sua escola; e a partir daí é que se desenvolveram as entrevistas.

A análise realizada pautou-se em uma avaliação do programa PDE e de sua efetiva implantação na escola, analisando a partir do observado e das informações surgidas nas entrevistas.

4. ANÁLISE DAS AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO NA ESCOLA

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como já foi relatado anteriormente é composto de mais de 40 ações, entretanto neste momento vamos nos deter apenas nas ações que já se fazem presente na escola Vermelha. Para embasar teoricamente as ações referidas faremos uso das informações disponibilizadas no *site* do MEC.

O *INCENTIVO À CIÊNCIA* é uma ação criada a partir da Lei nº 11.487, de incentivo a ciência e tecnologia. O projeto prevê redução fiscal para empresas que investirem em projetos de inovação científica e tecnológica desenvolvidos por institutos públicos.

Essa ação já esta sendo desenvolvida na escola, como atesta a professora

“(...) a gente já tem a Votorantim, nós fizemos algumas atividades com eles, como: sequencia didática, encontros para melhorar o planejamento em sala de aula. A Ecosul também já vai ser o segundo ano que a gente vai trabalhar com eles, a gente trabalha com as crianças sobre reciclar, fazer maquete, e o Itaú trouxe agora um projeto para cá, mas ainda não temos muita informação (...)”.

Esta ação nos ajuda a enxergar uma articulação clara do PDE com o que se convencionou chamar parceria público-privado, numa nítida tentativa de introduzir na escola ações ou parcerias que são muito mais reguladas pelo mercado do que pelos fins da educação pública. Não chega a ser uma privatização do setor público, mas uma relação de quase-mercado como denominam alguns autores (WHITTY, BALL,). É uma relação em que o setor público não é privatizado, mas a lógica de mercado é introduzida. Não há necessariamente uma obtenção de lucro direto do setor privado, mas este se promove como eficiente e desejável, enquanto o setor público reduz investimentos e se retira de suas obrigações, como é o caso de incentivo à Ciência e Tecnologia.

Através da Lei nº 11.738/2008, fica definido que os professores da educação básica pública dos estados, municípios, do Distrito Federal e da União serão beneficiados com a entrada em vigor do *PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO*, de R\$ 950,00. Os prefeitos e governadores terão o prazo de julho de 2008 a janeiro de

2010 para promoverem ajustes na estrutura administrativa, com o intuito de assim conseguirem pagar o valor total do piso.

No caso do Rio Grande do Sul já esta havendo algumas manifestações por parte da governadora sobre o pagamento do piso, como podemos observar na fala da professora “(...) a governadora já se manifestou dizendo que vai pagar, mas o problema segundo ela é quando tiver hora atividade que daí ela teria que contratar mais professores”. Neste momento o governo do RS, juntamente com outros governos estaduais, todos vinculados a uma linha política que apoiou incondicionalmente as políticas neoliberais nos últimos anos, impetraram uma ação de inconstitucionalidade para não implantar o piso salarial, pelo menos na forma como está previsto em lei. Um dos aspectos questionados relaciona-se com as condições de trabalho, por exemplo, percentual de horas destinadas ao preparo e planejamento, sob o argumento da insuficiência de recursos do estado. Isso demonstra que não há perspectiva a curto prazo de que o estado recupere sua capacidade de investimento em educação, pois esta não parece ser a prioridade.

Através das novas normas de *ESTÁGIO* trazidas pelo PDE, pretende-se beneficiar os estudantes de instituições de ensino superior, profissional e de ensino médio. A perspectiva do Ministério da Educação em relação a estas mudanças, é que o estágio se efetive como ato educativo supervisionado.

E estas mudanças já podem começar a serem percebidas nas escolas, como afirma a professora:

“(...) com a legislação do estágio muita coisa tem alterado, antes o pessoal chegava aqui só com autorização da escola e já tava dando aula, agora não, tem que ter autorização da CRE, um seguro da Universidade, entre outras coisas (...)”.

O novo censo escolar, o *EDUCACENSO*, traz inovações para a coleta de dados na escola, o lançamento dos dados será feito pela internet, e novos tipos de dados serão solicitados. Será feito um levantamento de dados individualizados, de cada aluno, professor, turma e escola do país, tanto da rede pública (federais, estaduais e municipais), como da rede privada. A partir do educacenso será possível conhecer com detalhes a realidade do sistema educacional brasileiro.

O EDUCACENSO está sendo bem recebido pela escola, como relata a professora:

“(...) no começo era um problema porque a escola não tinha internet, mas agora que já tem internet, melhorou mil por cento, ele é bem claro, é real, acaba o aluno fantasma, não vai mais existir falha, a escola vai ter que estar com tudo sempre atualizado, é bem certinho, uma maravilha (...)”.

Esta ação embora seja mais antiga, mostra que a escola tem dificuldades para trabalhar em termos de equipamento e tecnologia. Também pode ser notado que o EDUCACENSO está na lógica de um somatório de dados sobre a escola e a educação que têm servido para a orientação das políticas de governo, mas pouco servem para uma utilização pela própria escola, para análise de sua própria avaliação ou planejamento. Assim como não tem trazido a tão propalada qualidade e eficiência promovida pelo gerencialismo. É óbvio que esses dados são importantes e seriam muito úteis tanto para a definição de políticas sociais como de planejamento da própria escola, o que não ocorre.

O *GUIA DE TECNOLOGIAS* visa orientar os gestores na hora de escolher tecnologias capazes de melhorar a qualidade do ensino e do aprendizado.

Essa ação já está muito presente nas escolas, como relata a professora:

“(...) práticas para reforças a educação básica, também a gente recebe direto, vem, vem, material, vem todas as revistas possíveis, dicas, olimpíadas, sempre ta chegando material, mesmo os da Votorantim, seqüência didática, da ecosul sobre reciclagem, meio ambiente, ou então de tecnologia, a aula com informática vem com idéias de como usar o computador, sugestões (...)”.

O problema que fica mais evidente neste caso é que há um estímulo ao uso de tecnologias e ao ensino com uso de equipamentos avançados, no entanto fica muito difícil avaliar quão efetiva ou quão meramente discursiva é este tipo de ação, já que computadores e equipamentos estão prometidos à escola há bastante tempo e muitos programas são anunciados, mas concretamente os equipamentos disponíveis são destinados para a administração e secretaria. Recentemente, como pode ser visto adiante, a escola recebeu um laboratório de informática.

A ação do *DINHEIRO NA ESCOLA* estabelece que as transferências de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), serão acrescidas de uma parcela extra de 50%, a título de incentivo. As escolas só receberão esse benefício se cumprirem com as metas intermediárias do IDEB, estipuladas pelo Inep até 2022.

Esta ação também já chegou a escola, como afirma a professora “(...) o dinheiro na escola já veio, vem uma verba direta para a escola no final do ano e este do PDE Escola que veio o mês passado (...)”.

Os programas de descentralização, inclusive financeira, têm sido amplamente discutidos na literatura e analisados como parte da orientação neoliberal, que indica uma ação de maior autonomia – bastante desejável em muitos aspectos – mas que, na realidade, é parte de um processo de desresponsabilização do estado com a educação pública. Fica difícil, neste caso, avaliar se há ganhos efetivos para a escola – aparentemente há e a escola consegue resolver pequenos problemas cotidianos que aliviam a pressão diária para o administrador local –, pois não há como medir quanto o estado está deixando de investir a mais já que a situação de penúria é tanta que qualquer pequeno valor parece ser muito. O certo é que há um consenso na literatura crítica de que este tipo de ação faz parte de um conjunto de políticas mais amplas de transferência do serviço e das responsabilidades sem a correspondente transferência de recursos.

A ação de *INCLUSÃO DIGITAL* tem o objetivo de proporcionar laboratórios de informática a todas as escolas públicas.

O laboratório de informática já chegou até a escola, e a ação esta sendo muito bem recebida pelos professores, como relata a professora:

“(...) a gente já recebeu o laboratório, só ainda não esta em funcionamento porque a gente ainda esta fazendo os cursos de capacitação, mas só falta instalar a internet, e o bom deste trabalho é que não é como era antes, que era tudo solto, agora tem uma empresa que vem instalar, não é aquela coisa jogada, amanhã é o último dia de dez encontros que a gente teve de capacitação e daí começa outro grupo de professores (...)”.

Embora esta seja uma política desejável, a inclusão digital é mais do que a aquisição de um laboratório. O relato acima demonstra a fragilidade da escola em termos de manuseio e manutenção dos equipamentos. Os docentes são, pelo descrito, usuários iniciantes, o que é um indicador de que quaisquer problemas

técnicos que surgirem, tanto em termos de equipamento quanto de ensino, a escola dependerá de uma empresa ou de técnicos supervisores, pois nem a escola nem o próprio estado possuem tal agilidade de ação.

O *PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA* (PDE-Escola) tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino de 9.861 escolas municipais e estaduais, identificadas como de atendimento prioritário, localizadas em 2.574 municípios do Brasil. O Ministério da Educação liberou R\$ 300 milhões para reforçar a autonomia de gestão das escolas, a partir do diagnóstico das dificuldades de cada uma e de um plano de gestão, a fim de assegurar o direito de aprender de cada criança.

Os recursos de R\$ 300 milhões são transferidos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O PDDE presta assistência financeira às escolas públicas, em caráter suplementar. Os recursos são destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos.

Junto com a inclusão digital, o PDE Escola foi à ação que teve maior interação com a escola, já que esta ação estabelece a construção de um planejamento estratégico da escola por parte de seus gestores e do corpo docente. Observe a fala da professora:

“(...) esse foi o que nós fizemos, nós elaboramos um plano de ação, já veio o dinheiro e agora agente tá vendo como vai utilizar, porque no final vai ter uma avaliação para ver se os índices melhoraram, a nossa escola foi selecionada em função do ideb, as escolas com menores índices foram selecionadas, e depois a gente fez curso de capacitação e depois elaboramos o plano e agora veio o dinheiro (...)”.

É preciso esclarecer que tem havido uma confusão em função das siglas: o que a escola reconhece hoje como PDE é o Plano de Desenvolvimento da Escola, o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação –, como um programa mais amplo de políticas educacionais é pouco reconhecido e identificado. O PDE que a escola participa é fruto dos resultados escolares medidos pelo IDEB. Este programa é baseado em medições avaliativas típicas do modelo gerencialista, baseado em dados de avaliação quantitativos descontextualizados da realidade social, econômica e cultural dos estudantes, organizados a partir de exames padronizados,

com um viés economicista, que segue políticas internacionais de avaliação de desempenho.

A mesma lógica está presente no programa a *PROVINHA BRASIL*, foi criada em 24 de abril de 2007, a partir da Portaria Normativa nº 10, trata-se de um instrumento de aferição do desempenho escolar implantado nos municípios e no Distrito Federal. Participam da Provinha as crianças de seis a oito anos de idade. Com a Provinha, o MEC verifica se os alunos da rede pública são efetivamente alfabetizados aos oito anos. E conforme a professora a escola já realiza a Provinha Brasil.

Assim, a partir do que já foi relatado podemos perceber que algumas ações do PDE já estão presentes no âmbito escolar, ou estão sendo implementadas. Entretanto, é necessário que seja revista a maneira como as ações estão chegando até a escola e o conhecimento que a comunidade escolar possui acerca do PDE.

Nesta perspectiva, nos remetemos a fala da professora:

“(...) não veio material específico sobre o que é o PDE, claro que a gente sabe que algumas coisas são do PDE como, por exemplo, o censo a gente sabe por que veio tudo bem explicado, as coisas que mudaram, porque mudaram, essas informações chegaram, mas quanto ao restante, o material chega mas não se sabe ligado a que ação está (...)”.

A fala da professora denuncia a falta de informações sobre o PDE, fato esse que nos causa surpresa, visto que uma de suas ações , é justamente um livro informativo sobre o PDE. Como não ocorreu nenhuma apresentação do Plano diretamente para as escolas, seria fundamental que o livro fosse à primeira ação a chegar até esta. Pois, desta maneira os professores poderiam ter ao menos um conhecimento básico a respeito do PDE e de suas ações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi relatado até este momento, cada vez mais podemos perceber o novo cenário no qual as políticas públicas educacionais estão inseridas, de modo que, não podemos receber tais políticas de maneira ingênua, sem realizar reflexões acerca destas, como se fossem ações muito desejáveis e positivas para solucionar todos os males da educação.

As políticas educacionais e sociais estão se aproximando e buscando articulações entre si, e como afirma Ball (2004) este fato muitas vezes está ocorrendo exclusivamente em função de aumentar a competitividade econômica por meio do desenvolvimento das habilidades, capacidades e disposições exigidas pelas novas formas econômicas da alta modernidade.

Tendo em vista, as últimas políticas educacionais implementadas no Brasil, podemos observar a forte influência do discurso neoliberal nestas. Em especial no Plano Nacional da Educação (PNE) e no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual foi o foco deste estudo.

Ao analisarmos o PDE exclusivamente, observa-se a fragmentação do programa, visto que, as ações são independentes umas das outras, não havendo comunicação entre estas. A não ser no que diz respeito ao IDEB, o qual serve de eixo norteador do programa, fazendo com que grande parte das ações voltadas para educação básica estejam diretamente vinculadas a este.

Podemos observar, não só, mas em especial através do IDEB o caráter performático do plano, a implementação do Novo Gerencialismo e da Nova Gestão Pública.

Performático seguindo a lógica de que a partir dos índices das escolas, estas são chamadas a participarem de algumas ações, porém com a condição de melhorarem seus índices anteriores, o que demonstra à regulação e monitoramento a distância do Estado. Além de promoverem a preocupação da escola com os “resultados”, “níveis de desempenho” e “formas de qualidade”.

O Novo Gerencialismo e a Nova Gestão Pública evidenciam-se no IDEB, através da busca constante da escola pela melhoria da qualidade de ensino, seguida de estratégias eficientes que garantam um melhor desempenho, por parte de toda comunidade escolar. Estando assim as instituições educativas submetidas às exigências do mercado, ou seja, produtividade, eficiência e controle de qualidade.

O PDE caracteriza-se ainda pela descentralização do poder do Estado e a promoção de autonomia à escola, entretanto, tal fenômeno está submetido a uma vigilância do Estado através de sistemas de avaliação. Este novo mecanismo de controle estabelece parâmetros centrais para a Educação Básica e Ensino Superior.

Seguindo assim a lógica das agências internacionais sob as reformas educacionais, Martins (2002) relata que, as diretrizes internacionais apontam para a descentralização como eixo da democratização da gestão dos sistemas de ensino e da escola.

Ainda de acordo com a autora:

(...) as diretrizes internacionais têm insistido na defesa da descentralização de suas políticas sociais e na outorga da autonomia à rede de escolas, especialmente no que tange à sua organização curricular e administrativa, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, consolidam o processo de avaliação externa dos sistemas de ensino – com base em exames e testes padronizados - normatizam currículos em âmbito nacional e (re)centralizam o fluxo de financiamento.

Nas atuais circunstâncias as políticas educacionais imprimem nas escolas a lógica do mercado, através de mecanismo como a “qualidade total”. Que busca como nas empresas, a satisfação absoluta de seus clientes, contudo nesta perspectiva como relata Saviani (2007) o cliente das escolas passam a ser as empresas ou a sociedade, e os alunos os produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes. Para alcançar esse objetivo, faz-se uso do “método da qualidade total” que, tendo em vista a satisfação dos clientes, engaja na tarefa todos os participantes do processo, conjugando suas ações, melhorando continuamente suas formas de organização, seus procedimentos e seus produtos. Este fenômeno fica evidente quando se analisa o PDE e suas ações.

Apesar do governo Lula já estar na metade de seu segundo mandato, do PDE ter sido lançado a mais de um ano, e da presença exaustiva deste na mídia, ainda é muito grande a falta de informação acerca deste em todo sistema de ensino.

Este fato vivencie ao realizar este estudo, pois ao iniciar a coleta de informações sobre o PDE o primeiro local com quem entrei em contato, foi com a Coordenadoria de Educação do Município de Pelotas. E para minha surpresa a única pessoa encarregada de desenvolver atividades relativas ao PDE, possuía

informações mínimas a respeito deste, não sabendo diferenciá-lo do Plano de Desenvolvimento da Escola.

Ao chegar à escola deparo-me com a mesma situação, uma continua desinformação sobre o PDE, já que, em momento algum, houve uma preocupação por parte do MEC em apresentar o plano para as entidades educacionais. Assim, apesar de algumas ações chegarem até a escola, esta não as identifica com o PDE, como salienta a própria professora em uma de suas falas: “(...) olha a sensação que a gente tem aqui na escola é que as coisas estão acontecendo, só não se sabe da onde estão partindo (...)”.

Assim, mais uma vez percebemos o quanto as políticas públicas são aparentemente inoperantes, e talvez, por esta razão muitas vezes ineficaz, já que quando formuladas não existe uma preocupação com a efetividade das mesmas. Fazendo com que a política não passe de texto e discurso. Por um lado, esta parece ser uma estratégia do poder de traçar ações dispersas nas quais não se consegue localizar a lógica central que as caracteriza, dificultando assim uma compreensão maior e as lutas de resistência a elas. Por outro, o estado vê-se também enfraquecido pois não há garantias de sucesso.

O PDE apresenta-se como um plano capaz de solucionar os problemas educacionais, promete um “salto” na qualidade da educação básica e superior, entre tantas outras mudanças nos sistemas de ensino. Porém ao realizarmos uma análise do PDE ficam evidentes as inúmeras fragilidades deste plano, como a completa desarticulação com as escolas, a falta de informações acerca deste, a presença constante do discurso neoliberal, entre outros como já foi anteriormente destacado.

Contudo, não busco com este estudo findar esta temática, mas sim promover reflexões e discussões acerca das políticas educacionais e do novo cenário no qual estão se constituindo. Qualquer política educacional, que não tenha o professorado como interlocutor está fadada ao fracasso e essas políticas indicam que este erro vem sendo cometido grosseiramente.

REFERÊNCIAS

BALL, S.J. Performatividade, Privatização e o Pós-Estado do Bem-Estar. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set./Dez. 2004

BRASIL. **Plano Nacional da Educação (PNE)**. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 2008

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. 2008 a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/default.html>. Acesso em: 2008.

BRASIL. **Livro do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. 2008 b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>. Acesso em: 2008.

CORAGGIO, J.L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problema de concepção? In: TOMMASI, L., WARDE, M. J. e HADDAD, S. (Orgs). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, p. 75-123, 1998.

DUTRA, C. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. Texto não publicado, 2008.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário In: GENTILI, P. e SILVA, T.T. (Orgs.). **Escola S. A. quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo**. Brasília – D.F.: CNTE, p. 9-49, 1996.

HYPOLITO, A.M. **Estado Gerencial, REESTRUTURAÇÃO EDUCATIVA E GESTÃO EDUCACIONAL**. RBP AE, n.24, v.1, 2008.

MARTINS, A.M. **Autonomia da escola: a (ex)ensão do tema nas políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

OZGA, J. **Investigação sobre Políticas Educacionais. Terreno de contestações.** Porto: Porto Editora, 2000.

PETERS, M.; MARSHALL, J.; FITZSIMONS, P. Gerencialismo e Política Educacional em um contexto global: Foucault, neoliberalismo, e a doutrina da auto-administração. In: Burbules, N. e Torres, C. A (eds.) **Globalização e Educação – perspectivas críticas.** Porto Alegre: ArtMed, 2004.

SAVIANE, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

SILVA, T.T. Neoliberalismo e educação: manual do usuário In: GENTILI, P. e SILVA, T.T. (Orgs.). **Escola S. A. quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo.** Brasília – D.F.: CNTE, 167-188, 1996.

SHIROMA, E.O., MORAES, M., EVANGELISTA, O. **Política educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L., WARDE, M. J. e HADDAD, S. (Orgs). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.** 2. ed. – São Paulo: Cortez, p. 125-193, 1998.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Como estudante em fase de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Educacional na UFSM estou desenvolvendo a pesquisa “As políticas públicas nos contextos educacionais: o Plano de Desenvolvimento da Educação em discussão”, sob a coordenação do Professor Clóvis Renan Jacques Guterres. Tal pesquisa objetiva coleta e análise de dados que resultarão na monografia final do Curso.

A pesquisadora responsável é Andressa Aita Ivo, Especializanda em Gestão Educacional. A pesquisadora compromete-se em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou, posteriormente, através dos telefones: 53- 33027482 ou por e-mail dessaaita@yahoo.com.br.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas, eu.....autorizo a realização de entrevista sobre a temática proposta () SIM () NÃO.

Em caso positivo, concordo com a utilização das minhas falas, sem identificação do meu nome, apenas com nome fictício, nos relatórios da pesquisa e publicações associadas.

() SIM () NÃO.

Santa Maria, ___ de _____ de 2008.

Assinatura do entrevistado: _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____